CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2551/73

PARECER CEE Nº 2419__/73
Aprovado por Deliberação
de 31 / 10 /73

INTERESSADOS - Maria Catarina Davini e outros

ASSUNTO - Regularização de vida ascolor

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

RELATORA - Conselheira Maria da Imaculada Leme Monteiro

HISTÓRICO - O presente protocolado encerra sete processos DRE.V.

7.407/73 - Maria Catarina Davini

7.401/73 - Márcio Antonio de Souza

7.402/73 - Célio Ciari Júnior

7.403/73 - Suzana Fernandes de Castro

7.404/73 - José Roberto Petroni Giuntini

7.405/73 - Eduardo Carlos Pereira

6.950/73 - Alba Corrêa da Silva

Ângela Cecília Lírio de Almeida

Débora Elisabeth Jesen

Roberto de Araújo Cintra Júnior

I - Maria Catarina Davini, Mareio Antonio de Souza, Célio Ciari Júnior, Suzana Fernandes de Castro, José Roberto Petroni Giuntini, Alba Corrêa da Silva, Ângela Cecília Lírio de Almeida, Roberto de Araújo Cintra Júnior concluíram o curso ginásial, até 1967, no Instituto de Educação Experimental "Jundiaí".

II -Eduardo Carlos Pereira freqüentou a 1ª série ginásial no Ginásio "Padre Anchieta", de Jundiaí; a 2ª e a 3ª séries no Ginásio Koelle; e a 4ª série, no Colégio Estadual "Dr. José Romeiro Pereira", em Jundiaí.

I - O Instituto de Educação Experimental "Jundiaí" funcionou de 1960 a 1964, com aprovação do Ministério da Educação e determinação da Secretaria da Educação e ,depois de 1964, com aprovação do Conselho Estadual de Educação (Pareceres nº 27/64, 246/67 e 44/69) como escola experimental, com currículos, métodos e períodos escolares próprios, nos termos do artigo 104 da Lei nº 4024/61.

II- Quanto ao caso de Eduardo Carlos Pereira, consta da documentação que instrui o processo apenas o currículo do estabelecimento onde o interessado freqüentou a 4ª série, em 1967, e a ficha modelo 18. O currículo não faz distinção entre disciplinas e práticas educativas.

Não há referência ao ano em que foi adotado. Se em 1967, não atende ao que estabeleceram a Resolução CEE nº 7/63 e as Normas Regimentais dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino Secundário e Normal (Decreto nº 47404, de 19/12/1966).

Pela ficha modelo 18, se conclui que havia realmente somente oito disciplinas no curso, pois não há nota em "Música", que consta no currículo das quatro séries e que completaria as disciplinas optativas.

As disciplinas que figuram na ficha, com notas obtidas nos outros ginásios nas três primeiras séries, coincidem com as cursadas na 4ª série.

Na ficha consta o nome da Sra. Inspetora que a visou.

Essas observações indicam que o aluno não teve culpa na irregularidade, mas sim o estabelecimento e as autoridades de ensino que fiscalizavam. Já são decorridos seis anos após a conclusão do curso e a situação apontada em relação a Eduardo Carlos Pereira deve ser a de todos os outros da sua turma.

Hoje nos termos da Lei nº 5692/71, não há mais essa exigência de nove disciplinas no curso.

CONCLUSÃO -

1- Não tendo havido irregularidade na vida escolar dos alunos: Maria Catarina Davini; Márcio Antonio de Souza; Celio Ciari Júnior; Suzana Fernandes de Castro; José Roberto Petroni Giuntini; Alba Corrêa da Silva; Ângela Cecília Lírio de Almeida; Débora Elisabeth Jesen e Roberto de Araújo Cintra Júnior, e que concluíram o curso ginásial em 1965, 1966 e 1967, no Instituto de Educação Experimental "Jundiaí", são válidos os respectivos certificados expedidos por esse estabelecimento.

2- O curso ginásial do aluno Eduardo Carlos Pereira e o respectivo certificado expedido pelo Colégio Estadual "Dr. José Romeiro Pereira", em Jundiaí, podem ser convalidados sem exigência de exames especiais ou outras.

São Paulo, 25 de outubro de 1973

a) Conselheira Maria da Imaculada L. Monteiro
Relatora

A Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como sua Deliberação a conclusão o Voto da nobre Conselheira, estando presentes os nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Frederico Pimentel Gomes, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada L. Monteiro e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1973

a) Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar
Presidente